



Segurança com Inteligência

Investimento em tecnologia e treinamento dos agentes de segurança da Justiça Federal de São Paulo promovem locais cada vez mais seguros.



NESTA EDIÇÃO

RETROSPECTIVA DO ANO DE 2008

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

DESAFIOS E PRIORIDADES NAS VARAS CÍVEIS

INTEGRAÇÃO DE SERVIDORES ESPECIAIS

Administração e a prestação jurisdicional

A atual gestão do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, reconhecendo a importância da atividade administrativa na busca dos objetivos maiores de nossa instituição, tem dedicado a ela especial atenção.

Para isso, os trabalhos têm sido realizados em total integração, colaboração e sintonia com a Diretoria do Foro das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde o levantamento de necessidades até o planejamento e a execução das ações, com o envolvimento dos setores responsáveis por cada atividade.

Temos procurado realizar e incentivar ações que visam melhores condições de trabalho para os magistrados e servidores da 3ª. Região tanto do ponto de vista material, como também em outras áreas que são igualmente importantes para o desenvolvimento das atividades cotidianas.

Nos últimos meses foram instituídas diversas novidades no Pró-Social. A contratação de novos planos de saúde foi realizada com a cisão do contrato, para melhor atendimento dos usuários de acordo com as peculiaridades regionais. Além disso, os planos passaram a incluir novas modalidades de atendimento antes não contempladas.

Do mesmo modo, foram promovidas reestruturações nas Subseções Judiciárias. Foram corrigidas algumas distorções históricas em locais em que não havia sequer uma estrutura administrativa destacada das Varas ou Juizados. Em outras Subseções, as alterações tiveram como objetivo a adequação dos setores administrativos de modo a elevá-los a um patamar mais próximo da dimensão das atribuições e responsabilidades que possuem - e que têm se tornado cada vez maiores.



Como exemplo, ressalto a gestão documental, que envolve a análise de processos judiciais findos e de documentos administrativos, a fim de encaminhá-los para eliminação ou guarda permanente, a análise e a tomada de medidas para incremento da segurança nos fóruns e o aumento da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a nossos prédios. Continuam em andamento, além disso, a modernização do parque de informática e a instalação de mobiliário ergonômico; os programas de treinamento de servidores e magistrados; a informatização de serviços administrativos.

Essas e outras iniciativas têm por premissa o reconhecimento da importância das condições de trabalho na qualidade de vida dos magistrados e servidores da 3ª. Região e sem dúvida vão ao encontro de nosso objetivo de uma melhor prestação jurisdicional àquele que é o destinatário de nosso trabalho e a razão de ser de nossa atividade, que é o cidadão brasileiro.

Na época em que a Constituição Federal completa seus 20 anos de vida, nada mais oportuno que abordar, na "Justiça em Revista", temas tão pertinentes aos valores que nortearam o Constituinte de 1988 e tão caros aos brasileiros de hoje.

Aproveito para parabenizar a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo e saudar seus 3464 servidores e 268 magistrados, sempre e cada vez mais dedicados à causa da promoção da Justiça em nosso País.

Marli Marques Ferreira
Presidente do Tribunal Regional
Federal da Terceira Região

ÍNDICE

Administração Pública: Reestruturação Administrativa	03
Aconteceu Especial: O ano de 2008	04
Capa: Segurança acima de tudo	06
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração de varas cíveis	08
Recursos Humanos: Eles chegaram para ficar	10
Entretenimento e Cultura.....	11
Canal Aberto: "Um caso in-crível"	11

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Érica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.

Reestruturação Administrativa

Elizabeth Branco Pedro

O aumento significativo dos serviços executados pela Justiça Federal de São Paulo tornou inevitável uma reformulação na estrutura organizacional da área administrativa. A ampliação do quadro de servidores e magistrados, nos últimos anos, tornou a mudança fundamental.

As novas áreas criadas, a readequação física dos locais de gerenciamento dos trabalhos e os sistemas informatizados compartilhando dados, complementam a agilidade necessária à demanda atual. A mudança beneficia o fluxo dos serviços desenvolvidos pelos servidores da administração (área meio), para a área fim (fóruns e JEFs).

As resoluções do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região norteiam as mudanças da estrutura organizacional das áreas administrativas da Seção Judiciária de São Paulo. E novos ajustes sempre serão necessários para a máquina do judiciário trabalhar de forma adequada aos novos tempos.

Na Administração central houve a criação de uma subsecretaria, o desmembramento de alguns núcleos e a regularização de subordinação visam facilitar e organizar de modo diferenciado as peculiaridades de cada procedimento proporcionando mais facilidade no gerenciamento e melhor objetividade no andamento dos serviços.

As mudanças físicas dos Núcleos atuam de forma estratégica para distribuição dos bens e serviços. A logística foi aplicada para evitar o excesso de tempo utilizado na realização das tarefas. A adequação dos

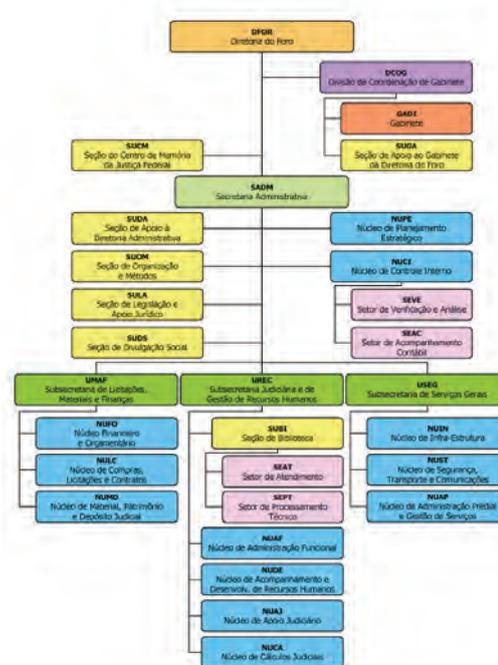
espaços físicos permite melhor fluxo dos procedimentos internos.

Com a informatização, etapas são suprimidas, informações caminham sem distorções e com padronização. A teleconferência é parte integrante da reunião, onde a diretoria do foro participa interativamente, sem seu deslocamento físico, beneficiando toda a estrutura organizacional, direcionando o tempo ganho para outras decisões de interesse, dando mais transparência à Instituição.

Organograma do Administrativo Central

Desenvolvido pela Seção de Organização e Métodos.

Acesse-o pelo endereço: <http://intranet.jfsp.gov.br/adm.htm>



Reestruturação Administrativa da Seção Judiciária de São Paulo Principais Resoluções*

- Res.296, 03/08/07. Reestrutura a Diretoria do Foro
- Res.304, 17/10/07. Fixa a lotação dos setores administrativos das Subseções
- Res.308, 06/11/07. Altera lotação ideal de Varas da Subseção Judiciária de Ribeiro Preto, remaneja cargos efetivos e dá outras providências.
- Res.311, 04/12/07. Altera a estrutura do Fórum de São João da Boa Vista
- Res.314, 09/01/08. Cria Centrais de Reprografia, Capital
- Res.316, 15/02/08. Altera a estrutura administrativa do Fórum Cível Ministro Pedro Lessa.
- Res.317, 15/02/08. Reestrutura a Subsecretaria Administrativa II
- Res.321, 25/02/08. Reestrutura a Secretaria Administrativa e a área administrativa dos fóruns, Capital
- Res.329, 16/04/08. Altera sigla de Subsecretarias da Seção Judiciária de São Paulo.
- Res.337, 16/06/08. Dispõe sobre funções comissionadas
- Res.339, 07/07/08. Torna definitivas Centrais de Mandados e remaneja cargos de Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados.
- Res.343, 19/08/08. Cria os Núcleos de Apoio Regional, no interior

(* Resoluções do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região

Nos Fóruns Federais entre as mudanças realizadas pela administração com impacto imediato, destacam-se:

- **Remanejamento de cargos efetivos.** Equiparação da lotação ideal de servidores das varas da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto com as das Subseções de Campinas, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Bauru, Piracicaba e São Paulo (Fórum de Execuções Fiscais), considerando as peculiaridades locais de cada região.
- **Central de Reprografia.** A criação de uma Central de Reprografia para os fóruns Criminal/Previdenciário e outra para o Fórum de Execuções Fiscais, ambas equiparadas à do Fórum Pedro Lessa em atendimento de demanda.
- **Seção de Protocolo e Informações Processuais e Seção de Distribuição.** A criação da seção para o Fórum de Execuções Fiscais e Fórum Criminal/Previdenciário.
- **Núcleos de Apoio Administrativo.** Nos fóruns da Capital: Cível, Criminal/Previdenciário e de Execuções Fiscais.

O ano de 2008

Ricardo Acedo Nabarro

Em 2008, a Justiça Federal de São Paulo teve avanços importantes em diversas áreas de atuação. Foram adquiridos novos equipamentos de informática, veículos, mobiliário, implantado o sistema de leilão por “Hastas Públicas”, aprimorados meios de comunicação (SICOM, SAPEP, InfoRH, Diário Eletrônico), realizados diversos encontros de capacitação, entre outros. “Foi um ano de muito trabalho e pouco orçamento”, disse a diretora do Foro, juíza federal Renata Andrade Lotufo. Seguem alguns destaques:



Desfazimento* – 1,5 tonelada de papel provenientes de processos findos dos fóruns da capital e de São Bernardo do Campo foram fragmentados e doados para o Instituto Nacional de Preservação Ambiental – INPA, dentro do “Programa de Gestão Documental da Justiça Federal”.



Lançamento – No auditório do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), o ministro Gilson Dipp (STJ) fez o lançamento oficial do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais (PNA) e do Plano Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal (PNC), com transmissão ao vivo por videoconferência para dez fóruns de São Paulo e Mato Grosso do Sul.



Aniversário* – A 4ª Subseção Judiciária Federal de Santos/SP comemorou seus 20 anos de funcionamento com palestras e ato solene no dia 22/8. Foi descerrada placa comemorativa no saguão do Fórum com a presença da ministra do STJ Eliana Calmon, entre outras autoridades.

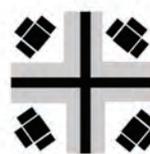
Capacitação – Entre janeiro e outubro de 2008, cerca de 80 juízes federais e 648 diretores de secretaria, supervisores e oficiais de gabinete participaram do “Programa de Desenvolvimento Gerencial”; outros servidores foram capacitados em diversos cursos e treinamentos.



Parceria – A Justiça Federal de São Paulo e a Procuradoria da República em São Paulo assinaram convênio, no dia 9/5, para promover a participação dos servidores em cursos de capacitação e treinamento de ambas as instituições.



TV Justiça* – Em um de seus últimos atos como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Ellen Gracie inaugurou, juntamente com a presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira, o canal digital aberto da TV Justiça em São Paulo, no dia 18/4.

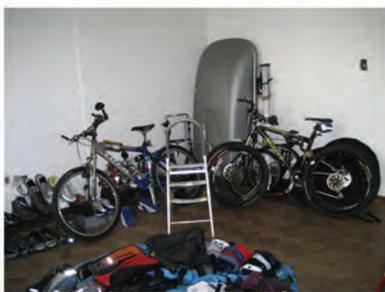


Mobiliário – Novas estações de trabalho projetadas para atender às normas NBR de ergonomia foram adquiridas e instaladas na JF/SP. Para os magistrados, foram entregues mesas com novos padrões e armários planejados.





Encontro * – Juízes corregedores das centrais de mandados reuniram-se em Santos/SP, no dia 6/10, para debater sobre a padronização dos procedimentos e apontar soluções para maior agilidade nos serviços. Além deste encontro ocorreram também neste ano o encontro de juízes administradores e supervisores de Fóruns e Juizados.



Leilão* – Um bazar beneficente e um leilão realizados no Jockey Club de São Paulo venderam os bens pessoais do traficante colombiano Juan Carlos Abadia, condenado pela 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

Homenagens* – Os Fóruns de São José dos Campos e de Araraquara receberam os nomes de “Desembargador Federal Jedral Galvão Miranda” e “Professora Doutora Ruth Cardoso” (respectivamente), ambos falecidos em 2008, como homenagens por suas contribuições à Justiça e ao País.



Coaching – Grupos de servidores reuniram-se na capital e interior para participar de “Vivências de Coaching”, um dia dedicado à integração e ao autoconhecimento, promovido pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

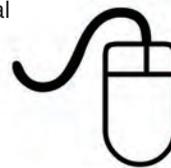


Veículos – Nove fóruns receberam veículos novos, encerrando a quarta etapa do Plano de Ação do Núcleo de Segurança, Transporte e Comunicação. Em quatro anos foram entregues 43 veículos do tipo misto (transporte de carga e de passageiros). Pela primeira vez, 13 veículos ociosos (antigos) foram doados para outros órgãos públicos federais.



Hastas* – No dia 1º de abril a Justiça Federal de São Paulo realizou o primeiro leilão via Central de Hastas Públicas no Fórum de Execuções Fidei. O sistema foi criado para aprimorar a divulgação dos leilões judiciais e intensificar a arrematação dos bens penhorados em processos em fase de execução.

Informática – Novos equipamentos e sistemas de informática foram implantados na Justiça Federal de São Paulo em 2008. Impressoras coloridas, micros Pentium IV, monitores LCD, projetores de videoconferência, softwares, novas rotinas de plantão, de comunicação (SICOM, messenger), biblioteca (SAPEP), recursos humanos (InfoRH), assistência (Callcenter) e informações processuais (TUC/TUA) são alguns exemplos.



Videoteca – Os principais eventos promovidos pela JF/SP foram disponibilizados em vídeos e fotos na internet, com acesso aberto para todos, no link *imprensa > videoteca virtual*.



Bibliolazer – Foi inaugurada a “Biblioteca Circulante de Lazer”, com livros culturais variados que podem ser emprestados para os juízes, servidores e estagiários da Justiça Federal. O acervo foi disponibilizado para consulta na intranet/internet e a solicitação pode ser feita por e-mail, com envio do livro via malote.

Publicações – A Justiça Federal da 3ª Região passou a utilizar um caderno eletrônico para a publicação de seus atos no Diário Oficial. Com isso o antigo DOE (impresso) deixou de ser utilizado, gerando economia de recursos e papel.

Licitação – Os procedimentos para a realização da pesquisa de preços no mercado, para compra de materiais e/ou contratações de serviços por dispensa de licitação, foram simplificados com a adoção de um novo sistema de registro de dados.



***Assista ao vídeo no espaço multimídia da Revista virtual em:**
<http://imprensa.jfsp.gov.br>
ou pela internet no endereço:
www.jfsp.jus.br no botão:
imprensa > videoteca virtual.

Segurança acima de tudo

Viviane Ponstinnicoff

Fóruns de São Paulo estão mais protegidos

R\$33 milhões. Este foi o investimento aproximado, do início de 2007 até setembro deste ano, na área de segurança da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo. Cursos de treinamento para agentes de segurança, compra de detectores de metal e circuito de televisão para os fóruns, vigilância e contratação de bombeiro civil são exemplos de ações realizadas para garantir a integridade física de quem trabalha e transita nos prédios da Justiça Federal.

Os fóruns são locais públicos, freqüentados por toda sorte de cidadãos. Nesse contexto, a vulnerabilidade é o principal motivo das preocupações. Por isso, um sistema de segurança confiável, com equipamentos adequados e profissionais bem treinados é imprescindível. A juíza federal diretora do Foro da Justiça Federal Renata Andrade Lotufo diz que o investimento em segurança deve ser contínuo. “Nas audiências criminais, por exemplo, o réu preso de ontem pode ser solto por ordem superior hoje e isso não necessariamente diminui sua periculosidade”, pondera.

A segurança nos fóruns da Justiça Federal de São Paulo é feita por vigilantes terceirizados, que fazem o controle e identificação da entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, e se revezam em turnos diurno e noturno em todos os prédios. Além deles, os agentes de segurança do quadro de servidores estão preparados e orientados para auxiliar no caso de qualquer eventualidade.

Para a juíza federal vice-diretora do Foro Raecler Baldresca, essa questão do fluxo de pessoas nos fóruns deve ser observada com atenção. “Assim como temos uma rotina em casa que, se quebrada, levantará suspeitas de que algo está errado, em cada fórum também é preciso estabelecer uma rotina. O que importa é que todos, juízes, servidores e funcionários da empresa de segurança, saibam como agir em situações especiais”.

AÇÕES DE TREINAMENTO

Gisele estava parada, de costas para a porta de entrada da sala. De repente... “Parados, senão eu atiro!”, gritou o agressor, depois de agarrar Gisele pelo pescoço. Dois seguranças que estavam próximos pediam: “Por favor, preserve a vida dela!”. Enquanto isso, aproximavam-

se do agressor. Rapidamente, os dois seguranças conseguiram imobilizar o agressor somente com as mãos. Então, tiraram Gisele de seus braços, levaram o agressor pra longe e o algemaram.

A arriscada cena descrita, que mais parece saída de um filme de ação ou de qualquer esquina da vida real, fez parte de um treinamento para os agentes de segurança da Justiça Federal de São Paulo, que ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de setembro. A “vítima” era Gisele Molinari, supervisora da Seção de Capacitação e Desenvolvimento em Recursos Humanos, setor responsável por promover ações de capacitação para os servidores da instituição, e assistia a uma parte do curso quando foi surpreendida pela simulação. “Fiquei assustada, pois me coloquei no lugar de uma pessoa feita de refém e a sensação de impotência por ter sua vida nas mãos de outras pessoas é muito ruim”.

Ministrado pelo “Centro Avançado em Técnicas de Imobilização”, CATI, o curso “Imobilizações Táticas” prepara os agentes de segurança para uma atuação mais eficiente em situações de risco, como o resgate de reféns, imobilizações de suspeitos, rebeliões, entre outros. Para Gisele, o curso foi muito importante para os agentes, “principalmente para o desenvolvimento de uma consciência da importância do seu papel, além da difusão de uma cultura de segurança”.

O principal objetivo do curso era fornecer a capacitação para o uso das técnicas de imobilização tática e para lidar com situações onde não haverá possibilidade de utilização de arma de fogo. As táticas ensinadas trabalharam os elementos surpresa e velocidade e os alunos treinaram situações inesperadas, que exigiam raciocínio lógico, rápido e intuitivo. “Antes de fazer qualquer imobilização, nós aprendemos a não agir com impulso, e não usar violência ou força. Aprendemos a trabalhar com a calma”, diz Antônio Lestinge Júnior, agente de segurança que participou do treinamento.

“Não é necessário usar um canhão para matar um passarinho. Saber dosar a força, sem uso de armas, foi um dos pontos principais do treinamento, que considero fundamental para nossos agentes”, diz Alberto Hideo Yamamoto, supervisor da Seção de Segurança e Vigilância, que já fez o curso.





Agentes de segurança durante aula de técnicas de imobilização.

Os agentes de segurança já passaram por outros cursos. Entre eles, destacam-se: curso de direção defensiva promovido pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET); curso de proteção pessoal promovido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região; brigada de incêndio; pilotagem e curso de formação de agentes de segurança na Polícia Civil.

DETECTORES DE METAL E CÂMERAS DE VIGILÂNCIA

Além dos treinamentos, a instalação de sistemas de segurança também é necessária para a garantia da segurança dos prédios públicos. Os detectores de metal visam prevenir que pessoas portando armas entrem nas dependências dos fóruns. Dois tipos de detectores são usados nos fóruns da Justiça Federal: os do tipo portal e os do tipo manual.

Já a implantação do circuito fechado de TV visa inibir ações delituosas e registrar toda e qualquer ação que coloque em risco a integridade das instalações, processos, servidores, magistrados e do público em geral. São medidas preventivas que tornam o ambiente de trabalho mais seguro e tranquilo para todos. “Nove fóruns contam com esse sistema de câmeras e 25 possuem detectores de metais. A meta é que em 2009 todos tenham os detectores

de metais e pelo menos mais da metade dos fóruns tenham o sistema de circuito fechado de TV”, conta Alberto Yamamoto.

Os critérios de prioridade para instalação dos sistemas de segurança foram definidos em razão do número



de varas existentes em cada fórum e da estimativa de receberem um maior ou menor fluxo de pessoas.

UMA CULTURA DE SEGURANÇA

Prevenção, bom senso e conscientização também por parte dos servidores são fatores importantes quando se trata da proteção a um órgão público. Alberto Yamamoto diz que a questão da segurança vai além da vigilância dos prédios. “Temos que difundir uma cultura de segurança na Justiça Federal. É importante que todos os servidores utilizem os crachás de identificação e que colaborem no sentido de que, caso vejam uma atitude suspeita de alguma pessoa, imediatamente comuniquem aos responsáveis pela segurança”.

A juíza Raecler Baldecca conta que o crachá de identificação é uma obrigação dupla: os servidores devem usá-lo e os vigilantes são orientados a exigí-lo. “Às vezes os funcionários da vigilância têm receio ao abordar servidores, juízes e a população em geral para pedir alguma identificação. Isso decorre do fato de que muitos ainda ficam desagradados com esse pedido, mas na verdade é uma medida de segurança para todos nós”, diz a juíza.

Outro ponto importante é a conscientização por parte dos servidores quanto aos seus locais de trabalho. “Todos devem prestar atenção e sempre trancar portas e gavetas, não deixar expostos objetos de valor e desligar equipamentos elétricos (como cafeteiras e aparelhos de som), para evitar acidentes. Essa conscientização do cuidado com o patrimônio público também faz parte da segurança”.

Estudos estão sendo realizados para a implantação de núcleos de segurança em todos os fóruns. “Os núcleos de segurança serão importantes para uma padronização mais efetiva dos trabalhos. Os treinamentos por que passam nossos agentes, como o curso do CATI, vieram reforçar a política de continuidade de investimento nessa área”, diz a diretora do Foro Renata Lotufo.



Assista ao vídeo de treinamento dos agentes de segurança no espaço multimídia da Revista virtual em:
<http://imprensa.jfsp.gov.br>
ou pela internet no endereço:
www.jfsp.jus.br no botão:
imprensa > videoteca virtual.

Os magistrados federais Monica Autran Machado Nobre da 4ª Vara Federal Cível da Capital e Valter Antoniassi Maccarone da 4ª Vara Federal Cível de Campinas mostram quais são os desafios e as prioridades na administração de varas cíveis na Seção Judiciária de São Paulo.

Desafios e prioridades na administração de varas cíveis



SÃO PAULO - CAPITAL
Monica Autran Machado Nobre
Juíza Federal - 4ª Vara Federal Cível

Não há segredos para se desenvolver um bom trabalho em uma Vara Federal. Basta querer.

A Vara Cível possui competência para o processamento de ações de diferentes ritos. Ainda que o maior número seja de ações ordinárias, temos ainda mandados de segurança, ações civis públicas, habeas data, ações possessórias, execuções, ações monitórias, consignatórias, cautelares em geral e feitos de jurisdição voluntária. Sem contar os processos que estão em fase de execução.

O nosso desafio foi o de tentar diminuir, no menor tempo possível, o número de feitos em trâmite. Sendo assim, a decisão de dividir a Vara em setores foi muito importante para que pudéssemos ter maior controle sobre cada feito que havia na Vara.

Pois bem. Decidimos por um setor que cuidasse só das ações ordinárias e um outro responsável pelas demais ações.

O setor de ordinárias, por sua vez, como abrange o maior número de feitos, foi dividido em setores menores, de acordo com a fase processual. Com isso, cada servidor fica responsável por uma fase distinta, sempre com o controle do Supervisor.

Além dos demais feitos, quando aqui chegamos, a Vara contava com uma enorme quantidade de processos na fase de execução e muitos aguardando apenas a expedição de alvarás de levantamento e ofícios requisitórios. Assim, elegemos como prioridade a

movimentação destes processos, pois dessa forma resolveríamos não só o problema de excesso de público no atendimento, mas, também, daríamos uma satisfação maior aos jurisdicionados que aguardavam há anos o desfecho efetivo de suas ações.

Adiantado este trabalho, passamos a desarquivar processos para juntada das petições e adoção das medidas necessárias.

No início, decidimos que todos os esforços se concentrariam na Secretaria da Vara. Após uma melhora significativa, foi a hora de delegar as atribuições que estavam a cargo dos funcionários do Gabinete para os da Secretaria, de forma que os trabalhos se concentrassem na prolação de sentenças, cujo número de feitos aumentou significativamente em razão do andamento dado.

Mas, o fundamental para que todo o trabalho se desenvolvesse a contento, a meu ver, foi a equipe de servidores que formamos. A maioria do grupo trabalha junto há muito tempo e o entrosamento e empenho dessa equipe foi efetivamente responsável pelos resultados que alcançamos. Todos os servidores desta Vara têm acesso irrestrito ao gabinete do Juiz, onde todas as dúvidas são dirimidas, bem como há espaço para idéias e sugestões que possam agilizar o andamento de cada feito. É evidente que a liderança também é muito importante, a fim de traçar as diretrizes a serem seguidas. Neste particular, o Juiz e o Diretor de Secretaria fazem um trabalho em conjunto. Todas as mudanças a serem implementadas são sempre por nós discutidas, a fim de que os resultados alcançados sejam os esperados.

Com a contribuição de todos, conseguimos baixar significativamente o número de processos em andamento na Secretaria e os que estão conclusos para sentença, sem, todavia, deixar de priorizar a análise dos pedidos de liminares e de antecipações de tutela. Enfim, somente o trabalho em equipe traz bons resultados. Uma equipe dedicada, responsável, interessada faz toda a diferença.



CAMPINAS
Valter Antoniassi Maccarone
Juiz Federal - 4ª Vara Federal Cível

Nunca é demais ressaltar a qualidade dos servidores da Justiça Federal. Digo isso logo de início porque devo reconhecer a importância deles nos desafios que juntos, eles, servidores e nós, juizes, enfrentamos em Campinas, nestes últimos anos, para alcançar o objetivo que hoje, posso dizer, conseguimos após intenso trabalho e organização.

Refiro-me especificamente ao desafio que foi a organização da 4ª Vara Federal Cível de Campinas, a qual assumi a titularidade em meados de 1998, onde me encontro, devo salientar, muito feliz.

Quando assumi a Vara, esta possuía competência cível e de execução fiscal, tendo chegado em outubro de 1999 a ter em seu acervo quase 15.000 feitos, neles incluídos 4.500 processos de execução fiscal.

O número de feitos que aguardavam sentença no Gabinete da Vara era assustador, tendo chegado a 1.500 processos. É evidente que um quadro como este poderia causar uma má impressão num primeiro momento, em vista do número descomunal e das exigências necessárias para a administração de uma pletera de feitos deste calibre, mormente considerando uma distribuição média de 300 a 400 feitos novos por mês, para cada Vara.

O tempo demonstrou que apenas medidas sucessivas e combinadas poderiam realmente resolver tal situação o que, de fato acabou ocorrendo, após vários anos de trabalho, o que gostaria agora de compartilhar com os leitores.

Em novembro de 1999, foi implantada na Subseção de Campinas uma Vara de Execução Fiscal. A especialização da Vara trouxe imediatas e positivas conseqüências às três varas cíveis, então existentes, com a redistribuição dos executivos fiscais.

Na 4ª Vara, além da diminuição do número de feitos, representou o reposicionamento de um servidor que se encontrava respondendo pelo Setor extinto para outro na Secretaria, devendo ser ressaltado que tal situação pode parecer de pequena monta, por se tratar de apenas um servidor, todavia representou uma enorme melhoria nas condições de trabalho e organização da Secretaria, a qual até então não tinha o quadro completo.

Possuindo, ainda, cerca de 9.200 feitos cíveis em andamento e mais de 1.000 processos concluídos para sentença, no final de 1999, o trabalho continuou e de forma incessante, porém, ainda, sem condições plenas de se alcançar o ideal, qual seja, o de prestar de forma célere a tutela jurisdicional. Para isso, conseguimos no início de 2003, a implantação de mais três Varas Cíveis, além da criação do Juizado Especial Federal, pelo que, sem sombra de dúvidas, viabilizou o trabalho insano desenvolvido por todos para a melhoria da prestação jurisdicional.

Como dito acima, o tempo comprovou que a fé que devotamos ao trabalho produziu efeitos. Acerca de um ano não existe mais qualquer atraso nesta Vara na prolação de sentenças ou despachos, sendo na maioria das vezes, conforme constatamos, que a demora existente para sentenciar feitos é menor que aquela prevista na lei processual.

Daquela fase inicial, onde vislumbrávamos cerca de 14 ou 15.000 feitos no horizonte em processamento, como uma onda que logo nos recobriria e arrebataria da realidade, passamos a ter cerca de 2.600 feitos em processamento na Secretaria, a maior parte em fase de liquidação de sentença (cerca de 80% dos feitos), respondendo todos os setores da Secretaria por um número equilibrado de processos, onde também não se verifica atraso digno de nota.



Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.

Eles chegaram para ficar

Dorealice de Alcântara e Silva

Eduardo é um dos servidores portador de necessidades especiais (PNE) da Justiça Federal. No Tribunal Regional Federal da 3ª Região estão lotados nove técnicos e três analistas com deficiências visual, motora ou auditiva. Na Seção Judiciária de São Paulo, outros dez, com deficiências semelhantes, estão desempenhando funções variadas.

A política de inclusão dos deficientes no mercado de trabalho vigora desde 1991, graças a Lei 8.213, conhecida como Lei das Cotas. No entanto, a partir de 1999, depois de regulamentada pelo Decreto nº. 3.298, ela tornou-se verdadeiramente efetiva. Hoje os portadores de necessidades especiais enfrentam outros desafios.

São Paulo tem quase três milhões de habitantes com deficiência ou mobilidade reduzida e o maior problema dessa população é a falta de qualificação profissional. Mesmo assim, algumas empresas já aprenderam a localizar, contratar e treinar, além de adaptar sua “work station” para os PNE. Entre os anos 2001 e 2005, o número de contratações, na área privada, saltou de 601 para 35.782, um aumento da ordem de 5.854%(*); na área pública a tendência para aumentar também existe.

Em outubro deste ano, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de São Paulo (MP/SP), o Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) assinaram um termo que prevê abertura de vagas nos bancos para essas pessoas.

Recentemente, o Conselho da Justiça Federal (CNJ), em Brasília, anunciou que está estudando as regras para deficientes participarem dos concursos para a magistratura.

Luiz Eduardo é deficiente visual e conta como chegou à JF/SP; quem sabe ele seja um futuro candidato à magistratura?

Futuro candidato

“Ingressei no quadro da Justiça Federal de São Paulo em

04/07/2008, no cargo de analista judiciário. Trabalho na Seção de Lotação e Recrutamento, desempenhando tarefas como confecção de portarias relacionadas ao exercício de funções. Para isso conto com o auxílio de um programa leitor de telas, capaz de transformar texto em voz sintetizada. O leitor de telas me acompanhou nos estudos da faculdade e no trabalho. Nos três últimos anos, por exemplo, estudava e trabalhava. Era técnico judiciário no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, em Curitiba, cidade onde nasci e morei até minha nomeação na Justiça Federal de São Paulo.

O leitor de telas usado juntamente com um reconhecedor de texto (OCR) me permite ler livros digitalizados em scanner, permite ainda a leitura de periódicos pela internet, o que há poucos anos eu achava impossível; pensava que um cego não poderia ler sem o auxílio de alguém. Com esses programas eu acesso o sistema processual da Administração, leio o *GroupWise* perfeitamente e trabalho no *software Microsoft Word*.

Hoje, espero contribuir com meu trabalho para o andamento das tarefas da equipe a que pertenço, e com a integração e acessibilidade de outros deficientes que venham a fazer parte do quadro da JF.”

Eduardo começou a usar computador em 1994; estudou na Faculdade de Direito do Centro Universitário de Curitiba e formou-se em 2007. No TRT ele desempenhava a função de instrutor em programas de educação à distância. Um desses programas era o de “Noções Básicas de Processo de Trabalho”. Ele respondia as dúvidas dos alunos por e-mail, atuando como um dos tutores do curso.

De Curitiba, mudou-se para um apartamento da Avenida São João, no coração de São Paulo. Sobre a mudança, Eduardo diz “São Paulo é mais agitada, mas é solidária. No curto trajeto de casa para o trabalho, as pessoas me param; elas querem me ajudar. Aqui, tenho uma filha de dois anos, e agora – morando na mesma cidade – ela já me reconhece, já somos íntimos, e eu posso participar de sua vida”. Luiz Eduardo Ballin tem 23 anos.



Fotos: Gerrinson Rodrigues de Andrade



Bens Confiscados
Drama – Brasil – 2005
Carlos Reichenbach

Quando o poderoso senador da República, Américo Baldani, é denunciado publicamente pela esposa Valquíria por corrupção, tráfico de influências e bigamia, e descobre que sua amante, a estilista Isabela Siqueira, se suicidou, ele arma o seqüestro de Luis Roberto, seu filho secreto, e o esconde da imprensa e dos inimigos políticos numa cidade balneária no extremo sul do país.



Doutores da Alegria
Documentário – Brasil – 2005
Mara Mourão

O documentário mostra o dia-a-dia dos hospitais que recebem visitas do grupo Doutores da Alegria, formado por atores que se vestem de palhaço para alegrar as crianças internadas. A transformação pela qual o ambiente passa com a simples presença dos palhaços, proporciona cenas engraçadas, depoimentos tocantes ao lado dos pacientes, seus pais e médicos. Ao longo do filme, Dr. Zinho (Wellington Nogueira), fundador da organização, gera tumulto ao questionar a influência destes doutores na rotina de uma unidade médica.



Privacidade Genética
2008 – SRS Editora
Rodrigo Bernardes Dias

Muito embora o direito à privacidade genética já tenha sido reconhecido internacionalmente por meio da Declaração Universal do Genoma Humano e da Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos, o tema é abordado pelo autor por tratar-se de um conceito relativamente novo e ainda em desenvolvimento, motivo pelo qual, ao aprofundar seu estudo, estaremos seguros de sua relevância e discussão.



Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana - 2008 – Quartier Latin
Jorge Miranda

Trata de uma cooperação luso-brasileira que tem como tema central a Dignidade da Pessoa Humana, levando em conta uma visão interdisciplinar, com variantes relativas aos direitos fundamentais, tais como democracia, processo justo e igualitário, cidadania, consumidor, ambiental, tributário, direito a moradia, lavagem de dinheiro, direito a vida e a concepção, direitos difusos e coletivos, relação de emprego, entre outros assuntos correlatos.



A Diretoria do Foro agradece a todos que doaram seus livros para a Biblilazer no ano de 2008. Continue fazendo suas doações para enriquecer ainda mais nosso acervo para 2009.

UM CASO IN-CRÍVEL

HUGO GUERRATO NETTO

Executante de Mandados da Justiça Federal

Caso *sui generis* me foi contado por um augusto amigo de trabalho, quero dizer, pelo Praxedes Sobrinho, conto que julgo digno de registro.

Quem o conhece sabe quão espirituoso, jocosos e espontâneo se afigura este preclaro amigo, que afirma ser moreno!

Numa tarde de assoberbado trabalho de plantão judicial, a maioria exaurida em analisar mandados, confeccionar certidões e afins, teve sua atenção arrebatada por esta *in-crível* estória do amigo Praxedes.

Disse ter comprado um Fuska no apogeu de sua história, e que certa ocasião retornava de um período de férias com amigos, pela antiga serra de Santos.

E, já nos primeiros albos da madrugada, iniciava as curvas da escarpada serra, quando se deparou com uma caminhoneta no acostamento carregada de verduras, cujas folhas se debruçavam sobre a alta gaiola de madeira.

O feirante, quase atropelado em meio ao véu de neblina, gesticulava desesperadamente para que um *samaritano do asfalto* o ajudasse, porquanto temia pela perda dos produtos naquele gélido lugar, desprovido de socorro.

De fato, pela idade do Praxedes, sabe-se que à época nada disso existia, pois socorrer alguém era pura expressão de solidariedade. Hoje é comércio, e quem o faz é guincho!

Mas eis que o amigo Praxedes, sensibilizado, — e quem o conhece sabe quão obsequioso é — pára seu Fuska e vê a triste situação daquele feirante que, sem esconder o desespero, murmurava o prejuízo.

Após conjecturas, meneios e arazoados, Praxedes decide ajudá-lo, adotando a maior das proezas que um Fuska poderia assumir: rebocar aquela caminhoneta, cuja frente, alta pelo peso, constituía seu maior desafio.

Engenhoca daqui, engenhoca dali, Praxedes encontra um ponto de equilíbrio e amarra com grossas cordas a caminhoneta no chassi do Fuska.

Apelos e palpites somados ao assombro do próprio feirante, não o demoveram a rever sua engenhoca.

Tudo arrumado, amigos acomodados, carros atados, Praxedes dá partida e inicia o reboque, acelerando ao máximo o carro da moda quando um vozerio, alvoroçado, anuncia o forte odor de borracha queimada a evolir-se por todos os cantos do fusquinha.

Calmo, Praxedes pára o Fuska, fita o retrovisor e constata a densa nuvem de fumaça que encobre os carros e se funde à neblina, rebuçando de vez o ambiente num pandemônio sem precedentes...

Quieto, numa tácita indagação franze a teta, observa a corda,... e, como que num passe de mágica descobre o que causara tamanho espanto aos debutantes passageiros!.

Seguro de si chama o tropel e liga o Fuska, acelera prodigamente e puxa a caminhoneta carregada como se nada tivesse acontecido, quando alguém, fascinado, lhe pergunta:

— Mas... Praxedes, afinal, o que era aquele cheiro de queimado e aquele vulcão de fumaça ?

— Ao que retruca: ... É que eu esqueci o freio de mão puxado!!.

— Coisa do Praxedes ! Eu só escrevo.

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br



*Feliz Natal e
um próspero
ano novo a todos
os magistrados e
servidores da
Justiça Federal.*

Diretoria do Foro

Seção Judiciária do Estado de São Paulo